

Desafios na atuação da Coordenação Intermediária de Educação de Jovens e Adultos: experiências na CRE Recanto das Emas

 *Elvis Vilela Rodrigues **

Historicamente, a Educação de Jovens e Adultos, enquanto modalidade de Educação Básica, apresenta muitos desafios a serem enfrentados. No entanto, as conquistas nos últimos anos no âmbito da Secretaria de Estado de Educação do Distrito Federal – SEEDF corrobora para o reconhecimento e para a visibilidade dessa modalidade.

A Constituição Federal (1988), em seu artigo 208, alterado pela Emenda Constitucional nº 59, em seus incisos I e VII, garantem a obrigatoriedade e gratuidade da educação básica para os alunos de 4 a 17 anos, além daqueles que não tiveram acesso à educação na idade própria.

A Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (Lei nº 9.394/96) define, em seu Artigo 37, que essa modalidade de ensino é destinada àqueles que não tiveram acesso ou continuidade de estudo no Ensino Fundamental ou Médio na idade

própria. Ademais, obriga o poder público a subsidiar ações de estímulo e continuidade de estudo.

A Resolução nº 01 do Conselho Nacional de Educação - CNE/CEB- 2012, em seu artigo 5º, parágrafo único, define que a supracitada modalidade de ensino deve considerar as situações, os perfis e as faixas etárias dos estudantes, e deve se pautar pelos princípios de equidade, diferença e proporcionalidade na apropriação e contextualização das diretrizes curriculares nacionais, e na proposição de um modelo pedagógico próprio.

Tendo em vista a Resolução nº 01 do CNE/CEB-2012, o Conselho de Educação do Distrito Federal (CEDF) editou, em sua Resolução nº 01 de 2012, normas para o Sistema de Ensino do Distrito Federal. O artigo 29 dessa Resolução define, reproduzindo a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional, que a Educação de Jovens e Adultos se

destina aos que não tiveram acesso à escolarização do Ensino Fundamental e do Ensino Médio na idade própria (DISTRITO FEDERAL, 2012b). Além disso, que essa modalidade de educação deve observar as disposições gerais da Educação Básica e, no que for pertinente, da Educação Profissional Técnica de nível médio, e considerar características, interesses, condições de vida e de trabalho de Jovens e Adultos.

A EJA, na publicação Projeto Político Pedagógico – Professor Carlos Mota (DISTRITO FEDERAL, 2012a), é considerada uma modalidade de ensino que:

não pode ser concebida como uma redução de tempo escolar, tampouco como uma reprodução aligeirada dos conteúdos, mas sim como uma modalidade com características específicas, que exige uma organização do trabalho pedagógico, que valorize seus sujeitos e

* *Elvis Vilela Rodrigues é professor da SEEDF e da Rede Privada de Ensino, é licenciado em Física e mestre em Ensino de Física. Atua como Coordenador Intermediário da Educação de Jovens e Adultos do Recanto das Emas.*

proporcione a construção de saberes com vistas à formação de um ser crítico, político, intelectual e criativo (DISTRITO FEDERAL, 2012a, p. 84).

Na busca por uma Educação de Jovens e Adultos que faça a diferença, não só na vida dos estudantes mas também na dos professores, a SEEDF - desde a gestão da Coordenação de Jovens e Adultos-CEJAd à época, agora Diretoria de Educação de Jovens e Adultos-DIEJA - vem desencadeando nos últimos anos ações que visam melhorar a qualidade dessa modalidade. As ações foram baseadas na reformulação do currículo, assim como a implantação das Diretrizes Operacionais da Educação de Jovens e Adultos e o fortalecimento da formação continuada dos professores.

As ações a serem desenvolvidas por profissionais que atuam com a EJA visam atingir os objetivos traçados no Projeto Político Pedagógico Professor Carlos Mota da Secretaria de Estado de Educação do Distrito Federal (DISTRITO FEDERAL 2012a), nas Diretrizes Pedagógicas (DISTRITO FEDERAL, 2008) e nas Diretrizes de Avaliação Educacional: aprendizagem, institucional e em larga escala 2014-2016 (DISTRITO FEDERAL, 2014a). Além disso, diante das especificidades da modalidade, faz-se necessário enfatizar os direitos fundamentais garantidos nos documentos oficiais de âmbito nacional e distrital.

A implantação dessas ações visa buscar alternativas concretas e institucionais para alguns entraves que possam dificultar a efetivação da modalidade. Dentre eles, vislumbrados pela Coordenação Intermediária da

EJA na Coordenação Regional de Ensino do Recanto das Emas, podemos citar: o elevado índice de evasão, o atendimento à diversidade, a formação docente, o conhecimento da realidade discente e docente e as especificidades do formato de registro de Avaliação das aprendizagens dos estudantes.

A publicação das Diretrizes Operacionais da EJA, aprovada pelo Parecer nº 213/2014 - CEDF (DISTRITO FEDERAL, 2014b), representa um marco histórico para a modalidade no âmbito do DF, pois além de ser o resultado de um processo amplo de discussão e de construção coletiva, busca orientar a constituição de práticas educativas que atendam às especificidades e à diversidade dos sujeitos da EJA.

A divulgação das Diretrizes Operacionais da EJA (DISTRITO FEDERAL, 2014b) foi considerada ação primordial por parte da Coordenação intermediária da EJA do Recanto das Emas. Sendo assim, em dezembro de 2014 e durante o 1º Semestre de 2015, as diretrizes foram debatidas e estudadas a partir dos encontros organizados pela CEJAD, à época, hoje DIEJA, e apresentadas em todas as unidades escolares desta região administrativa, sob a coordenação da CRE. Além disso, durante todo ano letivo de 2015, os coordenadores locais realizaram discussões no âmbito da coordenação pedagógica.

Ações da Coordenação Intermediária de EJA da CRE - Recanto das Emas

A primeira ação da Coordenação Intermediária de EJA se refere à busca da redução dos elevados índices

de abandono escolar no Recanto das Emas.

Não temos como pensar em ações educacionais sem conhecermos a nossa realidade. A Região Administrativa do Recanto das Emas, para uma simples análise da realidade educacional, apresenta uma população de 145.304 habitantes, conforme Pesquisa Distrital por amostra de domicílios - PDAD 2015 (DISTRITO FEDERAL, 2015), no Recanto das Emas. Desse total, 106.112 não estudam, o que dá 73,03% da população. Quanto à população, segundo o nível de escolaridade, 55.088 apresentam Ensino Fundamental incompleto, perfazendo 37,91% da população. Os índices de abandono escolar da CRE do Recanto das Emas nos últimos três anos são: 1º segmento - 47%, 2º segmento - 45% e 3º segmento - 31%.

Diante do exposto, percebemos o desafio que temos à frente. Uma das ações efetivadas foi a realização de fóruns de rendimento e abandono escolar, com a participação dos supervisores e coordenadores pedagógicos. O fórum teve como objetivo ampliar a discussão acerca dos entraves e propor ações que visem reverter os atuais índices de abandono e repetência na EJA na CRE Recanto das Emas.

Nesses fóruns, os supervisores e coordenadores pedagógicos recebem os dados de abandono e rendimento escolar, juntamente com um texto orientador, para expor e dialogar nas coordenações pedagógicas locais e no dia letivo temático, com todos os envolvidos no processo educativo da EJA. Algumas proposições são sugeridas para o debate, tais como:

- Apresentar os índices de rendimento e evasão escolar dos quatro últimos semestres, estabelecendo as comparações por etapas/segmento destacando, de maneira clara; mostrar os índices de aptos, em processo e abandono;

- Apresentar as dificuldades diagnosticadas e as ações propostas na busca por melhorias do rendimento das turmas de 1º, 2º e 3º segmento;

- Expor as metas, por segmento, para o rendimento escolar.

No III Fórum de rendimento, realizado no segundo semestre de 2015, foram definidas algumas ações na busca da melhoria dos índices de abandono e rendimento escolar, a saber:

- Avaliação dos projetos desenvolvidos nas unidades escolares;

- Continuidade da realização do diagnóstico discente. Foco nos estudantes que abandonaram, mas que retornaram aos estudos no ano de 2016;

- Conversa com as escolas sequenciais;

- Utilização do laboratório de informática;

- Utilização das salas de leitura;

- Realização de jogos escolares;

- Realização de mostras culturais;

- Realização da feira de Ciências;

- Palestras sobre autoestima/afetividade, mundo do trabalho e relevância da educação;

- Participação dos estudantes da EJA nos aulões do cursinho social da CRE do Recanto das Emas;

- Monitorar as faltas – central antiabandono;

- Apoio da equipe de itinerância.

A troca de experiências durante a realização dos fóruns tem contribuído para a definição de ações e metas a serem atingidas quanto ao rendimento e a redução do abandono escolar. Algumas ações, considerando o relato dos supervisores e coordenadores locais, já surtiram efeito no que se refere ao abandono escolar. A supervisora de uma escola que oferta o 1º e 2º segmentos relatou que o elogio a um grupo de estudantes, que pensavam em parar de frequentar a escola, durante a apresentação de um trabalho na feira de ciências da unidade escolar contribuiu para que esses estudantes passassem a se dedicar mais aos estudos e deixassem de lado a ideia de abandonar a escola.

Outra ação de fundamental importância na EJA é a realização do diagnóstico do perfil dos docentes e discentes. No início de cada semestre letivo a coordenação intermediária do Recanto das Emas disponibiliza às escolas os questionários a serem aplicados. No questionário voltado aos docentes constam perguntas de aspectos pessoais, profissionais e de sua prática docente. No questionário voltado aos estudantes também são feitas perguntas quanto aos aspectos pessoais, e outras quanto ao ambiente escolar.

Após a aplicação, realizada pela equipe gestora, os questionários são devolvidos à coordenação intermediária, que tem o papel de tabular e apresentar posteriormente os dados aos representantes das unidades escolares. Após a apresentação dos

dados, os supervisores ou coordenadores pedagógicos locais expõem, discutem e definem ações no âmbito da unidade escolar.

O diagnóstico tem se mostrado de fundamental importância para definição das ações a serem desenvolvidas pela coordenação intermediária e local. No último diagnóstico docente – segundo semestre de 2015 – foi observado que mais de 70% dos professores não possui formação específica em EJA, fator de grande importância para definição de ações formativas, referentes às seguintes temáticas:

- Falta de cursos de formação continuada para professores alfabetizadores da EJA;

- Falta de um atendimento educacional especializado para os estudantes que apresentam necessidades específicas.

A formação docente apresenta-se como outro grande desafio da modalidade. No ano de 2015 foi elaborada uma proposta de intervenção formativa para o 1º segmento da EJA. A proposta compôs a avaliação do curso Alfabetização e Letramento em EJA, ministrado pela coordenação central da EJA em parceria com a Escola de Aperfeiçoamento dos Profissionais da Educação do Distrito Federal - EAPE, e teve como objetivo fomentar proposições formativas a serem realizadas pela CRE para a qualificação do trabalho pedagógico do 1º Segmento da Educação de Jovens e Adultos.

O diagnóstico realizado para efetivação da proposta supracitada

evidenciou que os principais problemas observados para o desenvolvimento do trabalho pedagógico nas Unidades Escolares, dentre outros, são:

- Coordenação pedagógica feita de forma praticamente individual;
- Recursos didático-pedagógicos insuficientes;
- Falta de cursos de formação continuada para professores alfabetizadores da EJA;
- Falta de um atendimento educacional especializado para os alunos que apresentam necessidades específicas.

Diante dos problemas apresentados anteriormente, foram propostas as seguintes ações:

- Propiciar momentos, além da coordenação pedagógica, que permitam o encontro entre os professores do 1º segmento;
- Promover oficinas para elaboração de recursos didático-pedagógicos;
- Ofertar cursos de formação continuada para os professores do 1º segmento da Educação de Jovens e Adultos;
- Disponibilizar um profissional para a itinerância que atenda o 1º segmento da EJA.

O primeiro passo já foi dado em 2015, com o I encontro dos professores do 1º segmento da EJA. Para o ano de 2016, o projeto terá continuidade visando atingir os objetivos definidos no projeto interventivo.

Outra atividade iniciada em 2015, e que terá continuidade em 2016, será o projeto de integração.

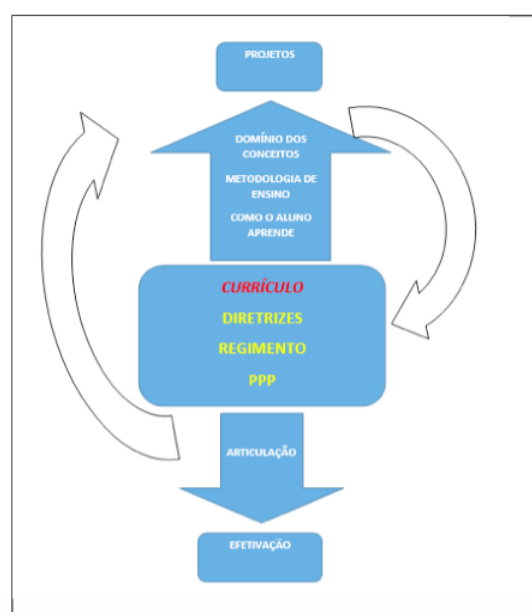
Esse projeto tem como objetivo geral promover a integração entre todas as etapas e modalidades da educação básica, tendo como objetivos específicos:

- Apontar a importância da formação continuada;
- Promover ações que favoreçam o sucesso da transição entre séries, etapas e modalidades;
- Utilizar os projetos de intervenção local como objeto integrador.

A primeira atividade desse projeto em 2015 foi a apresentação às Unidades Escolares e a abertura de prazo para sugestões. Após a compilação das sugestões e adequação do projeto, foram realizados fóruns locais, por disciplina, entre professores da mesma etapa. Os fóruns tinham como objetivos apresentar o projeto aos docentes e, posteriormente, propiciar um debate quanto à estrutura curricular da etapa. Na EJA, a análise e elaboração da estrutura e organização curricular foram iniciadas no segundo semestre de 2014.

Para o ano vigente a ideia é de continuar com a realização dos fóruns, porém, agora com a participação dos docentes por área

de conhecimento. O objetivo é fomentar o debate e a definição de estratégias para realização de um trabalho contextualizado e interdisciplinar, haja vista que, de acordo com os Pressupostos Teóricos do Currículo da Educação Básica, existe a necessidade de realizarmos um trabalho integrado, fundamentado em um currículo que tem como princípios: a interdisciplinaridade, a flexibilização, a contextualização, e a relação intrínseca entre teoria e prática. Todos os princípios citados no currículo são contemplados na metodologia do projeto, representada no esquema a seguir:



Quanto ao atendimento educacional especializado, a EJA do Recanto das Emas 2015 contou com dois profissionais itinerantes com formação em área específica. O atendimento ocorreu no

mesmo turno das aulas da EJA, sendo que, para isso, foi providenciada a redução na quantidade de componentes curriculares da carga horária do estudante. Esse atendimento representa um avanço para a modalidade, pois é de conhecimento geral que muitos dos estudantes da EJA apresentam algum tipo de deficiência ou transtorno.

A indisciplina escolar e a violência na EJA, principalmente em turma de 2º segmento, foi outro ponto bastante debatido durante o ano de 2015. Além do trabalho desenvolvido durante os fóruns de supervisores pedagógicos, foi realizado um evento formativo com uma palestra para os docentes, intitulada: indisciplina juvenil na EJA. Essa palestra foi ministrada pelo professor e psicólogo Mauro Gleison, e teve como objetivo orientar os docentes quanto ao modo de agir diante de problemas relacionados à indisciplina e à violência escolar. Diante da avaliação positiva dessa atividade, temos como meta em 2016 realizarmos outras atividades relacionadas a essa temática.

Percebemos, também, que o desenvolvimento de atividades culturais e esportivas pode contribuir de forma preponderante para consolidação de uma Educação de Jovens e Adultos de qualidade. Para isso, no ano de 2016 serão realizadas duas atividades, uma de âmbito cultural e outra de caráter esportivo, visando a integração entre as unidades escolares.

Diante das diversas ações remetidas acima, ressaltamos que as Diretrizes Operacionais da EJA e o Currículo da Educação de Jovens e Adultos, como documentos normativos e pedagógicos direcionados à EJA possibilitam um novo olhar diante das especificidades dessa modalidade, consolidando o seu reconhecimento e dando-lhe visibilidade. E, ainda, vale ressaltar a importante participação da coordenação intermediária de EJA como elo mediador para que de fato haja a consolidação de importantes conquistas para a modalidade, no âmbito da SEEDF.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- BRASIL. Constituição (1988). Constituição da República Federativa do Brasil. Brasília, DF: Senado Federal: Centro Gráfico, 1988
- _____. Lei 9.394, de 20 de dezembro de 1996. Estabelece as Diretrizes e Bases da Educação Nacional. Diário Oficial da União. Brasília, DF, 1996.
- _____. Resolução CNE/CEB 1/2012. Estabelece as Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação de Jovens e Adultos. Brasília, DF, 2012.
- DISTRITO FEDERAL. Secretaria de Estado de Educação. Projeto Político Pedagógico Professor Carlos Mota. BRASÍLIA, SEEDF, 2012a.
- _____. Secretaria de Estado de Educação. Diretrizes de Avaliação Educacional: aprendizagem, institucional e em larga escala 2014-2016. Brasília: SEEDF, 2014a.
- _____. Secretaria de Estado de Educação. Diretrizes Pedagógicas 2009-2013. Brasília: SEEDF, 2008.
- _____. Resolução Nº 1, de 18 de outubro de 2012. Conselho de Educação do Distrito Federal. Brasília, 2012b.
- _____. Secretaria de Estado de Educação. Diretrizes Operacionais da Educação de Jovens e Adultos 2014-2017. Brasília: SEEDF, 2014b.
- _____. Companhia de Planejamento do Distrito Federal. Pesquisa Distrital por Amostra de Domicílios. Brasília: SEEDF, 2015.